

FACULDADES INTEGRADAS DE ARACRUZ - FAACZ
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

EDUARDA MATTIUZZI SELVATICI
LAINE GONÇALVES RAMOS
STEFANI SOARES MIRANDA

**DESAFIOS DA ATUAÇÃO DA(O) PSICÓLOGA(O) EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL VOLTADAS À JUVENTUDE EM SITUAÇÃO DE
VULNERABILIDADE**

ARACRUZ
2025

EDUARDA MATTIUZZI SELVATICI
LAINE GONÇALVES RAMOS
STEFANI SOARES MIRANDA

**DESAFIOS DA ATUAÇÃO DA(O) PSICÓLOGA(O) EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL VOLTADAS À JUVENTUDE EM SITUAÇÃO DE
VULNERABILIDADE**

Artigo científico apresentado às Faculdades Integradas de Aracruz – FAACZ, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em Psicologia.

Orientador: Professor Me. Eduardo Luiz Hubner Pereira.

ARACRUZ
2025

EDUARDA MATTIUZZI SELVATICI

LAINÉ GONÇALVES RAMOS

STEFANI SOARES MIRANDA

**DESAFIOS DA ATUAÇÃO DA(O) PSICÓLOGA(O) EM POLÍTICAS PÚBLICAS
VOLTADAS À JUVENTUDE EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE**

Artigo científico apresentado às Faculdades Integradas de Aracruz (FAACZ), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em Psicologia.

RESULTADO: _____ NOTA: _____

Aracruz, _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Eduardo Luiz Hubner Pereira.

(orientador)

FAACZ (Faculdades Integradas de Aracruz)

Prof. Me. Stéfani Martins Pereira (examinador)

FAACZ (Faculdades Integradas de Aracruz)

Prof. Me. Julia Carvalho Santos (examinador)

UFES (Universidade Federal do Espírito Santo)

DEDICATÓRIA

Dedicamos esse trabalho a nossa trajetória durante o percurso na psicologia. Foi quando nos conhecemos em 2022 e nos deparamos com a Psicologia Social e os primeiros conceitos sobre a abordagem como outra possibilidade de atuação, atravessadas pelo transicionamento micro da clínica para o macro político-social, por meio das implicações sociais e a mudança do olhar de cuidado. Entendendo que o compromisso da psicologia ultrapassa o indivíduo e, sim, pensa o território e a comunidade como instituição de atuação; portanto, há um compromisso em reafirmar a construção de atuação nas políticas públicas.

AGRADECIMENTOS

“Agradecemos inicialmente aos familiares por apoiarem e acreditarem em nossa trajetória no curso de psicologia, sobretudo, na produção da pesquisa acadêmica, e pela oportunidade de vivenciar o estágio obrigatório no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) que pôde ampliar nosso olhar sobre a psicologia nas Políticas Públicas. Agradecemos também a psicóloga Juliana Marchette que atua como técnica na Secretaria de Desenvolvimento Social de Aracruz, pois prontamente se mostrou interessada em colaborar teoricamente e dando seu relato sobre a atuação e implicações a respeito da sua experiência, também gostaríamos de agradecer ao Professor e Mestre Eduardo, que aceitou orientar nosso trabalho, possuindo aporte teórico a partir da Psicologia Social.”

Eduarda Mattiuzi Selvatici

Laine Gonçalves Ramos

Stefani Soares Miranda

“À memória de minha mãe, cuja força, incentivo e dedicação foram essenciais para que eu chegasse até aqui. Sua presença permanece viva em minhas conquistas. Dedico este trabalho com profunda gratidão, respeito e todo o meu amor.”

Stefani Soares Miranda

RESUMO

Este artigo aborda a atuação da(o) psicóloga(o) em políticas públicas voltadas à juventude em situação de vulnerabilidade. A atuação da(o) psicóloga(o) se insere na política de assistência social contemporânea, marcada por desafios institucionais e metodológicos a priori pela práxis clínica, portanto, é necessário compreender as políticas de assistência social que abarcam a juventude visto que esse grupo frequentemente se encontra em contexto de vulnerabilidade, exclusão e/ou marginalização. O objetivo do estudo é analisar a atuação nas políticas públicas e os desafios durante o percurso desde a inserção na rede pública em consonância com a juventude. A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica, que permitiu a obtenção das análises de fontes teóricas, como dissertações acadêmicas, artigos, livros e documentos oficiais relevantes para o tema. Os resultados encontrados apontam para a importância da postura ética, no que diz respeito ao compromisso social, sobretudo da necessidade de uma abordagem integrada que considere aspectos culturais e a territorialização da juventude, bem como os desafios acerca da atuação da psicóloga(o) na rede pública. Conclui-se a necessidade de uma formação continuada com abordagem setorial e sociocultural, e as especificidades da juventude em situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Atuação do Psicólogo; Juventude; Vulnerabilidade.

ABSTRACT

This article addresses the role of psychologists in public policies aimed at youth in situations of vulnerability. The work of psychologists is situated within contemporary social assistance policy, which is marked by institutional and methodological challenges that were initially shaped by clinical praxis. Therefore, it is necessary to understand social assistance policies that encompass youth, as this group is frequently found in contexts of vulnerability, exclusion, and/or marginalization. The objective of this study is to analyze professional practice within public policies and the challenges encountered throughout the trajectory from entry into the public service network in alignment with youth needs. The methodology employed was a bibliographic review, which enabled the analysis of theoretical sources such as academic dissertations, scholarly articles, books, and official documents relevant to the topic. The results highlight the importance of an ethical stance with regard to social commitment, particularly the need for an integrated approach that considers cultural aspects and the territorialization of youth, as well as the challenges related to psychologists' practice within the public service network. The study concludes that there is a need for continuing education with a sectoral and sociocultural approach that addresses the specificities of youth in situations of vulnerability.

Key words: Role of the Psychologist; Youth; Vulnerability.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	12
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	13
4.1 A atuação da(o) psicóloga e a inserção na Assistência Social	13
4.2 Aspectos que caracterizam a Vulnerabilidade	16
4.3 A Juventude e os Impactos Sociais	18
4.4 Desafios da Atuação das(os) Psicólogas(os) na Rede Pública	20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	23

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas de assistência social desempenham papel fundamental em consonância com a sociedade, visto que em nosso contexto social estas políticas se fazem ferramentas de garantia de direitos dos indivíduos, buscando promover a inclusão das pessoas que se encontram à margem da coletividade. A população, de um modo geral, encontra-se atravessada por diversos fatores que contribuem para um contexto de vulnerabilidade, permeado por contextos econômicos, sociais, raciais e culturais de nossa sociedade. Assim, reconhecer as políticas públicas de assistência social como instrumento de emancipação dos indivíduos é fundamental para que se caminhe em direção a ampliação do acesso à oportunidades e a integração de modo equitativo da população em situação vulnerável na sociedade.

Além disso, encontra-se também os grupos de jovens que integram este cenário e que fazem parte da análise do presente trabalho. Conforme expressado, as políticas públicas de assistência social apresentam trabalhos direcionados a atenuar contextos de desigualdade diante da sociedade, incluindo nestes espaços, a atuação de psicólogas(os) junto a equipe psicossocial, no entanto, existem desafios enfrentados pelos profissionais de psicologia que carecem ser debatidos em razão dos impactos que podem sofrer suas práticas.

O debate acerca dos obstáculos encontrados pelas(os) psicólogas(os) nas políticas públicas de assistência social voltadas para os jovens, não se reduz apenas à uma prática que garante ao profissional um atendimento que seja mais eficaz, mas conjuntamente com o que prevê a legislação do Estatuto da Juventude, uma vez que esta assegura aos jovens os seus direitos previstos na Lei Nº12.852, de 5 de Agosto de 2013 (BRASIL,2013). De acordo com a afirmação, tratar sobre os desafios enfrentados por esses profissionais representa estar em concordância com a legislação e a sociedade, considerando que existem inúmeras pessoas que se encontram em contextos de vulnerabilidade que demandam destes serviços, e as políticas públicas carregam a responsabilidade de ofertá-los.

Perante o exposto, a atuação de modo mais criterioso dos profissionais de psicologia desta área se faz relevante no que diz respeito à qualidade do serviço que pode ser ofertado, visto que, por vezes os desafios da atuação que os atravessam, dificultam a efetivação no que diz respeito aos direitos a serem alcançados.

Diante dos desafios de atuação no contexto da assistência, é fundamental que as discussões relacionadas a estes obstáculos se mantenham vigentes, promovendo reflexões e questionamentos voltados para essas atuações, e mantendo em debate quais são os desafios enfrentados pelas(os) psicólogas(os) que atuam com jovens em situação de vulnerabilidade no contexto das políticas públicas de assistência social. Portanto, para alcançar este intuito, é necessário elencar alguns objetivos específicos, como por exemplo, descrever os desafios da atuação da(o) psicóloga(o) nas políticas públicas de assistência social, identificar quais são as políticas públicas de proteção voltadas para a juventude em situação de vulnerabilidade e analisar a relação entre os direitos humanos e a caracterização da juventude em situação de vulnerabilidade. Este trabalho se desenvolve a partir de uma pesquisa bibliográfica, objetivando alcançar respostas para os tópicos acima citados, através de análises de livros, documentos como o Estatuto da Juventude, o código de ética profissional da psicóloga e artigos relacionados à temática acima descrita.

A pesquisa utilizou as bibliografias acessíveis sobre o tema, compreendendo que a data de produção dos materiais não se torna um critério delimitado e central, dado que se trata de uma área em desenvolvimento e com disponibilidade reduzida de produções acadêmicas para consultas. Deste modo, a presente pesquisa buscou proporcionar a compreensão das questões apresentadas por uma ótica de análise criteriosa dos dados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A atuação da(o) psicóloga(o) nas políticas públicas exige uma prática que vai para além do cuidado individualizado, nesse contexto a psicologia social é convocada, e passa a considerar os determinantes sociais sobre saúde mental que envolvem práticas de inclusão e exclusão social a partir da subjetividade e contexto social em que o sujeito está inserido.

A psicologia social se faz pertinente para a discussão, uma vez que esta é uma abordagem que conversa diretamente com esta temática e se originou a fim de compreender a influência dos contextos sócio culturais na subjetivação dos sujeitos. Conduzir a psicologia social para esta pauta, firma-se um compromisso com o Conselho Federal de Psicologia, que reconhece esta especialidade na resolução CFP 005/2003, e expressa como objetivo a problematização e promoção de ações no âmbito social (CFP, 2003).

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2011), a atuação nesse campo deve ser pautada por uma perspectiva crítica, comprometida com os direitos humanos e a justiça social, logo, são indispensáveis para discutir a atuação à juventude em situação de vulnerabilidade que enfrenta, ainda, variadas formas de exclusão como racismo, pobreza extrema e falta de acesso.

Dito isto, a problemática dos jovens em situação de vulnerabilidade, se encontra atravessada não somente por instituições que adotam a legislação como conduta, mas inclui também áreas da ciência que visam o estudo das interações sociais e a consequência de contextos na vida dos sujeitos, como a psicologia social. Que possui como premissa realizar movimentos que contribuam para uma sociedade mais igualitária e consciente acerca das influências que o social apresenta sobre o indivíduo, bem como menciona Bock (2022, p.48), em sua obra que aborda a psicologia social, “é na atividade de transformação do mundo e nas relações sociais que o humano se constitui.”.

Conforme disposto na Constituição Federal, a Assistência Social é um direito de todos e dever do Estado, portanto, deve ser realizada em nível nacional. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) consiste em um programa de assistência social que engloba dois níveis de proteção como dispositivo de atuação: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. Vale ressaltar que a base de funcionamento dessa Política Pública está pautada no fortalecimento de vínculos familiares e o território em que estão inseridos.

A partir do aumento de psicólogas(os) no SUAS (Sistema Único de Assistência Social), tem-se criticado a atuação da(o) psicóloga(o) com a finalidade de problematização da garantia de direitos, isso porque a Política de Assistência Social vem com uma lógica universalista que automaticamente desconsidera o contexto social e especificidades do sujeito, como por exemplo o modelo heteronormativo familiar.

“Esse universalismo é apontado como um elemento que tem dificultado a identificação de demandas específicas dessas populações, principalmente ao considerarmos que a Política Nacional de Assistência Social destaca o atendimento a “identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual” como forma de caracterização de vulnerabilidades naquelas(es) que buscam os serviços desta política” (BRASIL, 2004, p. 33 apud CREPOP, 2021, p.32)

De acordo com a afirmação, a presença de psicólogas(os) na área de assistência social caminha por um percurso de desconstrução acerca da atuação, uma vez que, o contexto da população atendida precisa ser considerada para que as intervenções caminhem de maneira mais assertiva, e para além deste fazer, os direitos dos usuários destes equipamentos sejam garantidos, assim como prevê a legislação e o conselho federal de psicologia.

Deste modo, superar a visão que individualiza ou naturaliza as desigualdades é fundamental. Isso significa compreender que a vulnerabilidade social vivida por muitos jovens não está neles, mas nos processos de exclusão, opressão e invisibilização que os cercam. Trata-se de uma vulnerabilidade produzida pelas falhas nas políticas públicas, pela violência institucional e estrutural, pelo racismo, pela desigualdade de gênero e pelo desamparo histórico do Estado (BRASIL, 2013).

Assim, abordar a juventude em situação de vulnerabilidade implica, antes de tudo, reconhecer que tanto a juventude quanto a vulnerabilidade são construções sociais atravessadas por desigualdades estruturais. A juventude, neste contexto, é entendida para além de uma etapa biologicamente determinada do desenvolvimento humano, mas como um grupo social historicamente situado, cujos direitos, subjetividades e condições de existência são moldados por contextos econômicos, políticos e culturais. A vulnerabilidade, por sua vez, configura-se como uma condição historicamente construída e relacional, resultante de desigualdades sociais persistentes que emerge da exposição desigual a riscos sociais, da negação sistemática de direitos e da precarização das condições de vida, e não como uma falha ou carência individual.

É nesse cenário desafiador que a Psicologia se insere, não apenas como prática de escuta e cuidado, mas como prática ética e política, convocada a resistir à lógica da culpabilização individual e a atuar na construção de alternativas emancipadoras (BOCK, 2008).

O Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) afirma com clareza os direitos dessa população à cidadania, à educação, à cultura, ao trabalho, à saúde, ao respeito e à dignidade. No entanto, a realidade concreta vivida por muitos jovens em situação de vulnerabilidade expõe o abismo entre o que está garantido na legislação e o que se efetiva nas políticas públicas.

Profissionais da Psicologia, especialmente aqueles que atuam em territórios marcados por exclusão, encontram diariamente jovens cujas trajetórias são atravessadas por múltiplas formas de violação de direitos, como a violência

doméstica, evasão escolar, desemprego, racismo estrutural, desigualdade de gênero e ausência de perspectivas. São jovens marcados não apenas pelas condições adversas, mas também por uma luta cotidiana por reconhecimento e pertencimento. Dessa forma, o Estatuto da Juventude não deve ser visto apenas como um documento normativo, mas como um pacto ético-político que orienta a prática profissional. E lembra que a promoção dos direitos da juventude é uma responsabilidade coletiva, uma tarefa que exige compromisso ativo com a transformação social. Assim é necessário que se aborde juntamente a isso a responsabilidade da qual o estado possui em relação a este público. Bem como citado anteriormente o estatuto da juventude como tratativa a nível de encargo do estado, há além disso os direitos humanos, que são considerados direitos universais.

Estes direitos foram estabelecidos pelas Nações Unidas através da Declaração Universal de direitos humanos, e tem como intuito determinar os direitos que devem ser garantidos a qualquer humano. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, esses direitos não são considerados uma concessão dos Estados, mas sim um compromisso indispensável (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2023, p. 2). Esse documento se apresenta em decorrência das violações de direitos ocorridas em nosso contexto histórico, que contribuíram para o acontecimento de grandes atrocidades, como o holocausto, por exemplo. Desta forma, os direitos humanos se dispõe em concordância com a dignidade, abarcando em seus artigos limites básicos para a vida humana.

Essa “[...] declaração inspira constituições nacionais e legislações ao redor do mundo, servindo como base para avanços sociais e para a luta contra injustiças estruturais” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2023, p. 2), de acordo com o exposto, essa declaração se faz como ferramenta essencial diante das sociedades, visto que a legislação cumpre uma grande função na criação de políticas públicas de um país. A nível Brasil, essa declaração assume uma responsabilidade ainda maior, pois os direitos humanos estão integrados à Constituição Federal (BRASIL, 1988), como garantias fundamentais, ou seja, toda e qualquer política pública precisa estar pautada nesses direitos.

De acordo com isso, a formulação de políticas públicas voltadas a população jovem em situação de vulnerabilidade, não cumpre apenas um compromisso com a legislação vigente de nosso país, mas também com a Declaração Universal de

Direitos Humanos, uma vez que a garantia de direitos básicos e dignos devem ser ofertados a todos sem distinção.

Cada sujeito se apresenta a partir da totalidade da qual está inserido, e esta totalidade se tratando da sociedade, revela assim a responsabilidade da qual o estado possui sobre esses indivíduos, não podendo assim reduzir aos sujeitos uma culpabilidade.

Dessa forma, as (os) profissionais de psicologia são chamadas(os) a construir pontes entre os jovens e seus direitos, e a promover espaços de escuta, acolhimento e fortalecimento subjetivo. Essa tarefa vai além, e inclui também incidir nas políticas públicas, defender práticas intersetoriais e atuar na desconstrução das estruturas que produzem vulnerabilidade. A Psicologia, nesse campo, deve ser instrumento de resistência, de emancipação e de esperança (BOCK, 2008).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho refere-se a uma pesquisa bibliográfica qualitativa, de caráter exploratório e descritivo voltado para a análise de materiais sobre o tema proposto. Conforme Gil (2022) a pesquisa refere-se ao processo racional e sistemático para obter informações acerca de um problema.

“A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.” (Gil, 2022, p. 17)

A pesquisa bibliográfica é caracterizada pela aprofundação teórica referente ao tema proposto, serve como norte para embasar o problema científico da pesquisa, a coleta de dados fornece ao pesquisador estudos já analisados, bem como conceitos e pensamentos em relação ao que se propõe analisar. Entretanto, de acordo com Gil (2022) se faz necessário observar a veracidade das pesquisas e veículos utilizados na pesquisa, devido a coletas fornecidas de forma inadequada, portanto, é necessário delimitar a pesquisa para evitar tal incoerência.

Serão incluídos artigos/dissertações, sendo 2 dissertações, 7 artigos, e 1 livro em português, além de documentos oficiais regulamentados e validados por lei. Os documentos analisados incluem: Direitos Humanos, Estatuto da Juventude e a Referência de atuação da(o) psicóloga(o) atualizada (2021), Código de ética do Psicólogo, considerando o tempo do surgimento da psicologia nas políticas públicas de assistência ser relativamente recente. Serão excluídos artigos duplicados, sendo

no total 9 artigos, ou que não forneça embasamento teórico adequado sobre os desafios da atuação da psicóloga, juventude e vulnerabilidade a partir da busca das palavras-chave delimitadas sobre a temática no contexto de assistência social.

As palavras-chave utilizadas na busca desses materiais foram: Atuação do psicólogo, Vulnerabilidade e Juventude. Os indexadores utilizados nesta pesquisa são plataformas de base científica, como: Google scholar, Scielo e Pepsic, além do rastreamento das referências bibliográfica de artigos, além de documentos oficiais: O Estatuto da Juventude, CREPOP – Referência de atuação do psicólogo, documento oficial da ONU (Organização das Nações Unidas) Declaração Universal de direitos humanos, e o Código de Ética Profissional do Psicólogo.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A seguir, serão apresentadas as análises dos resultados obtidos na pesquisa bibliográfica sobre a atuação da(o) psicóloga(o) no contexto das políticas públicas de assistência e os reflexos dessa prática na juventude em situação de vulnerabilidade. Inicialmente, realizaremos uma análise da trajetória histórica da atuação da(o) psicóloga(o), desde o consultório clínico até a transição para a atuação na rede pública de assistência social. Também serão discutidos os aspectos que caracterizam a vulnerabilidade e a juventude, com base nos princípios que orientam as práticas na política de atuação, e os desafios encontrados.

4.1 A atuação da(o) psicóloga e a inserção na Assistência Social

A princípio a psicologia se apresentava em um modelo de atendimento médico, onde a atuação dos profissionais dessa área eram voltados a consultórios particulares que atendiam uma classe privilegiada. Este modo de atuação e este público convencionalmente atendido justifica-se ao fato da psicologia está atrelada de acordo com Botarelli (2008, p.32) a uma “atividade clínica associada ao modelo subjacente de profissional liberal, moldado à luz das profissões médicas[...]”, revelando uma prática direcionada para um trabalho autônomo em consultórios privados, não estabelecendo vínculos inicialmente com os serviços públicos, o que aponta para o atendimento de uma classe social selecionada e detentora do poder aquisitivo compatível com esses serviços, neste caso a classe elitista.

Ao relacionar a clínica na psicologia como modelo médico, é necessário ressaltar a noção centrada na patologia e cura que prevalecia neste cenário, que na conjuntura da classe atendida se estabelecia uma distância das necessidades da maioria da população, levando em conta as demandas sociais existentes. Assim, pelo não acesso dessa população a estes serviços, esta noção patológica contribuiu para a promoção de práticas padronizadas não vigentes da vulnerabilidade, o que conforme Botarelli (2008, p.51) eram práticas hospitalocêntricas que visavam a patologização e a exclusão, o que reitera o distanciamento com as demandas sociais.

Considerando este modelo médico e formato de atuação, a psicologia inicialmente se apoia em uma conduta envolta por uma bolha, onde as questões sociais e políticas consideradas relevantes naquele contexto eram colocadas em prevalência. Esta configuração fez se pertinente segundo Botarelli (2008, p.32) até o início da saturação de mercado e a instauração de forças políticas, no qual iniciou-se o debate acerca da cidadania.

A inserção do psicólogo nos serviços públicos foi marcada por desafios e reflexões, os profissionais apresentavam uma atuação não condizente às demandas dos usuários, o que Lima (2010, p.30) descreve como uma ação presa às temáticas de uma burguesia e voltada para uma atuação médica, portanto este fato mobilizou um movimento no sentido de descentralização dos indivíduos e a construção de práticas coletivas.

O psicólogo na inserção da rede pública tinha como base práticas individualistas e engessadas, através do uso de testagens psicológicas para análise sintomáticas que centralizava o usuário em possíveis patologias, lógica esta que dialoga com o controle social, em detrimento do período da industrialização e popularização do modelo de produtividade do sistema capitalista. Nesse sentido desconsiderando a subjetividade e contexto sociocultural como possível problemática em termos de saúde mental pública, a prática da psicologia, ainda que já inserida na rede pública se via mecanicista, e insuficiente para emancipação do sujeito social enquanto cidadão de direitos, estando sob a ótica de práticas de exclusão.

Com a formulação da Lei orgânica de Assistência social 1933 (LOAS) que mais tarde viabilizou o Sistema Único de Assistência Social 2005 (SUAS), modelo descentralizado e participativo, se insere então o espaço institucional da atuação da psicologia. A política social proposta era pensar em outra lógica de atuação, sendo esse novo modelo ampliado para o trabalho comunitário e de rede visando o trabalho

de grupos em situação de risco social e vulnerabilidade, sendo um dos princípios que norteiam o trabalho de rede desses grupos a partir do sistema e o restabelecimento de vínculos familiares.

A política de Assistência Social possui dois dispositivos de atuação, são estes: A proteção Social Básica, considerada de baixa complexidade, tem como atuação o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) sendo este marcado pela inserção do psicólogo. E a proteção social Especial é considerada de média e alta complexidade e tem como referência de atuação o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social). Os princípios que norteiam a prática, visam promover a saúde e autonomia do indivíduo, são destinados a pessoas em situação de vulnerabilidade.

Entretanto, devido ao processo relativamente recente da implantação do SUAS, a inserção da psicologia como atuação técnica nas políticas públicas é marcada por desafios no que diz respeito a metodologia de trabalho, pois a psicologia, ainda fomentada por uma práxis clínica, não abarcava demandas sociais pensando a comunidade social, e sim centralizada no indivíduo. No campo da atuação técnica na assistência, uma das premissas de efetivação da atuação é a transformação social, sendo o psicólogo convocado a entender sua responsabilidade a partir da promoção da autonomia do sujeito usuário do sistema.

“A política de assistência social está fundamentada como parte da seguridade social, estando alinhada com a saúde e a previdência social, envolve portanto, direito de cidadania, sendo que para viabilizá-la tem sido empreendido um redesenho no papel e na organização dos serviços ofertados pelo Estado”. (Botarelli, 2008, p. 43)

Este modelo dialoga com a atuação da psicologia pela clínica ampliada, com o objetivo de trazer um olhar ampliado do sujeito enquanto sujeito social, e não somente a partir dos sintomas que demandas internas ou psicopatológicas podem produzir. Deste modo (Lima, 2010) nos convida a pensar a psicologia como ação social, para além do contexto assistencialista ou contexto da pobreza e sim o fazer social enquanto sociedade. Tendo em vista a transição metodológica de atuação: “Estarão os psicólogos preparados para atender ou realizar um encontro terapêutico com o cidadão?” (Lima, 2010 p.53).

Para construir essa ponte metodológica se faz importante considerar a análise de descentralização territorialista, bem como o Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP nº 010/2005) nos princípios fundamentais (eixo III), onde aponta atuação como *responsabilidade social*, logo, o contexto da comunidade será marcado pela condição histórica de vida dos sujeitos, onde o psicólogo atuará de forma participativa e intersetorial, pensar a prática social como prática comunitária, onde o profissional se deparará com o seu aporte teórico e o “conhecimento popular”, bem como caminhará para que possa dialogar com esses sintomas causadores de sofrimento e não somente cessá-los, e sim dar nome e lugar.

A psicóloga, entendendo seu compromisso social, assumirá o fazer para a construção do sujeito autônomo, o potencializando, trazendo, por conseguinte, a sua cidadania, desta forma o sujeito transitará entre sub cidadão para cidadão ativo.

4.2 Aspectos que caracterizam a Vulnerabilidade

As condições de vulnerabilidade social não se restringem apenas à pobreza, pois limitar essa temática exclusivamente à esfera econômica não revela a complexidade que o conceito representa. Esse conceito é multifacetado e abrange contextos de fragilidade de vínculos, especialmente familiares, que podem afetar a subjetividade e a continuidade do ciclo de vida do indivíduo (Curado, p. 47, 2018). Além disso, envolve questões socioeconômicas relacionadas ao acesso a oportunidades e ao exercício dos direitos previstos na Constituição de 1988, especialmente no que diz respeito à cidadania.

A vulnerabilidade não corresponde à uma característica inerente do indivíduo, mas à uma condição na qual está atrelada ao meio social, portanto falar sobre vulnerabilidade requer uma visão ampliada a respeito da constituição dos indivíduos. De acordo com Hüning e Scisleski (2018, p. 138), “as estratégias de intervenção deverão, portanto, ampliar o foco do indivíduo para as condições de sua constituição, atentando para suas especificidades”, dando ênfase a importância de considerar a constituição do sujeito, e reafirmando a relação de vulnerabilidade com o processo social e histórico.

Dentre as questões relativas à afetividade e sócio econômicas, a PNAS engloba também a fragilidade de contextos culturais, violência familiar e/ou social, questões de gênero, subjetividade, uso de substâncias, e por último, pontua o risco pessoal ou

social (Hüning e Scisleski, p.133 apud Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [MDS], 2005, p. 33). Façamos, portanto, uma análise a partir da ideia de risco social e vulnerabilidade:

Segundo Hüning e Scisleski (2018, p. 133), o conceito de risco social está relacionado a uma dimensão operacional, entendida como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento em termos quantitativos. Nessa perspectiva, o sujeito é posicionado como uma potencialidade negativa, isto é, como alguém associado à ideia de perigo iminente.

A título de exemplo, é possível citar um indivíduo, uma família ou um grupo que passam pela possibilidade de vivenciar uma situação que comprometa a garantia de seus direitos, estes podem ser considerados indivíduos que se encontram em risco social, uma vez que a probabilidade deste contexto existir os colocam nesta posição e ideia de risco.

No entanto, a probabilidade de que um evento adverso ocorra não implica necessariamente sua efetivação, tratando-se apenas de uma possibilidade ou previsão. Assim, associar o conceito de risco social à vulnerabilidade pode levar a uma compreensão individualizante, na qual o sujeito em situação de vulnerabilidade é interpretado como um possível agente de risco ou perigo, consequentemente categorizando esses grupos como marginalizados.

Embora o conceito específico de vulnerabilidade seja relativamente recente, ele pode ser compreendido a partir da precariedade das condições de vida, expressa na falta de acesso aos sistemas públicos, nas desigualdades sociais e em fatores como pobreza, baixa escolarização e restrições ao acesso à saúde, entre outros. O fundamento para a compreensão dessa questão social está na análise das necessidades complexas e subjetivas que emergem do contexto histórico e social de cada comunidade, considerando o território como um elemento determinante na configuração das condições de vulnerabilidade social.

O território associado a este conceito, oportuniza uma visão ampliada das condições nas quais a vulnerabilidade se apresenta em um local, segundo Hüning e Scisleski (2018, p. 137) “ao colocar em cena a ideia de território, o conceito de vulnerabilidade incide a partir de elementos de especificidade e que não implica em generalizações”, deste modo, uma área é delimitada e assim as particularidades presentes se fazem mais evidentes e passíveis de intervenção. Vale ressaltar que a vulnerabilidade relacionada ao território, direciona o risco a uma área e ao seu contexto, seguindo em

direção contrária a concepção que delimita o risco social ao indivíduo e o posiciona negativamente.

Complementar ao conceito de vulnerabilidade, o Cadastro Único possui papel fundamental na identificação de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade, este é um sistema nacional que compõe a gestão do SUAS e se apresenta como porta de entrada para a maioria dos programas sociais. Também chamado de CadÚnico, este cadastro contém informações relacionadas à renda, moradia, composição familiar, escolaridade, trabalho e o contexto de vida. Desta forma este sistema pode agregar para a realização de intervenções voltadas para a população em contexto vulnerável.

Por outro lado, do mesmo modo em que o PNAS facilita a identificação dos critérios que classificam os indivíduos e territórios em vulnerável e direcionam intervenções, este também corrobora para uma normatização do modo de vida, onde é posto o que se considera positivo ou não vulnerável e negativo ou vulnerável. E a partir desta ressalva é necessário que se mantenha em reflexão, o limite entre os benefícios que esta classificação permite para a assistência social e o controle social.

Isso porque em face a isto, a normatização das características da população vulnerável se relaciona a um controle e este potencializa a reprodução de estereótipos presentes na sociedade, passando de um equipamento que auxilia esta população para um fomentador de vulnerabilidade, o que se opõe a lógica da política de assistência, que encontra-se compactuada com a ética e os direitos humanos, caminhando para ofertar um trabalho que desenvolva a emancipação dos usuários e não a redução destes a classificações.

4.3 As Juventudes e os Impactos Sociais

A juventude, para além de uma fase do ciclo vital de um indivíduo, está relacionada a uma construção contínua, uma vez que esta é atravessada por diferentes culturas, contextos, expressões e modos de ser jovem. De acordo com Sibioni (2019, p. 206) “cada sociedade, época ou momento histórico configura novas e diversas formas de ser jovem e viver a condição e a experiência juvenil.”, assim, falar sobre juventude é imergir em um universo que se estabelece de forma plural e ampla, não sendo possível a compreensão de maneira consolidada.

Juntamente às inúmeras possibilidades de se caracterizar juventude, a faixa etária se estabelece de forma determinante para a identificação desse grupo, no Brasil por

exemplo é considerado jovem para fins de políticas públicas os indivíduos que possuem idade entre 15 e 29 anos, e entre esses jovens estão situados os “nem-nem”, classificados como aqueles que nem estudam nem trabalham, realidade que atinge mais de 11 milhões de jovens brasileiros.

Nesse mesmo contexto, conforme o autor, esse grupo é marcado por altos índices de desigualdade racial e social, em que jovens negros e pardos apresentam maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho e são as principais vítimas da violência letal, como descrito a seguir:

“Dados do Atlas da Violência 2017 revelam que, das 59.080 pessoas mortas por homicídios em 2015, mais da metade eram jovens (31.264 ou 54,1%), das quais 71% eram negras (pretas/pardas) e 92% eram do sexo masculino.”
(ATLAS DA VIOLÊNCIA 2017 apud SIBIONE, 2019, p. 215).

Posto isso, é fundamental que esta juventude aqui referida seja vista de forma minuciosa, distanciando-se de generalizações e daqueles grupos de jovens em que a vulnerabilidade se limita à esfera financeira. Reconhecendo que, uma pessoa preta em nossa sociedade, e mencionando especificamente o Brasil, se encontra atravessada por diversas maneiras estruturais de reprodução de vulnerabilidade, resultado direto dos racismo institucional e advindos das heranças coloniais.

Esta se faz uma ressalva importante, considerando que mesmo abordando jovens em contexto de vulnerabilidade, alguns fatores contribuem para que algumas juventudes enfrentam formas diferentes de desproteção, e o racismo se apresenta como uma vulnerabilidade para esses grupos para além do fator econômico, vínculo familiar ou comunitário.

Embora as políticas caminhem em direção a redução das desigualdades, é importante reconhecer que o racismo perpassa para além da juventude, atravessando a experiência desses indivíduos ao longo da vida.

E a isso soma-se ainda a evasão escolar, a falta de qualificação profissional, o desemprego, a discriminação e a carência de acesso a bens culturais e oportunidades de lazer, fatores que, juntos, compõem um quadro de vulnerabilidade e exclusão que desafia as políticas públicas a garantirem efetivamente os direitos e a dignidade das juventudes brasileiras.

A juventude sendo uma fase atravessada pela grande capacidade de transformação e mudança, carece ser assistida e auxiliada quando configura-se inserida ou exposta à situações de vulnerabilidade. Isso, dado que as políticas públicas como produtoras de transformação social associadas ao potencial advindo desse período da vida, podem favorecer o desenvolvimento de sujeitos ativos e participativos na sociedade.

Assim, a potência da juventude se faz uma ferramenta para ações que visam a emancipação dos indivíduos, possibilitando o desenvolvimento da capacidade de construir suas próprias trajetórias para além dos contextos vulneráveis, e ocupando espaços de protagonismos, bem como rompendo com ciclos de reprodução e vivência de vulnerabilidades.

4.4 Desafios da Atuação das(os) Psicólogas(os) na Rede Pública

Diante da transição da atuação da(o) psicóloga(o) para o contexto na rede pública de atendimento, um aspecto central da discussão dos desafios encontrados, é compreender a estrutura da política de Proteção Social a partir das vulnerabilidades. Conforme exposto no tópico acima sobre Vulnerabilidades, existem uma série de aspectos que caracterizam o usuário, de forma “universalizada” como se risco social e vulnerabilidade social compreendesse um mesmo indicador. Pensar o sistema de proteção como descentralizado, participativo, comunitário e ao mesmo tempo subjetivo denuncia a individualização dos modos de atuação preconizados em documentos oficiais, sendo este um desafio encontrado no que diz respeito ao compromisso social com o território de atuação.

O objetivo central dos dispositivos do SUAS, a Proteção Social Básica e Proteção Social Especial visam a emancipação do sujeito, de modo que este consiga exercer a cidadania de Direitos em sociedade, entretanto, ao pensar os aspectos culturais intersubjetivos desses usuários exige da(o) psicóloga(o) um olhar para além da superação de vulnerabilidade, mas sim a transformação social de forma a trazer a dignidade sujeito. Embora a atuação no SUAS seja multidisciplinar, um dos desafios ainda encontrados é articulação intersetorial, possivelmente por se tratar de um modelo único de gestão no que diz respeito a garantia de Direitos:

“O grande desafio para os gestores e profissionais da área está em efetivar os direitos sociais conquistados no ordenamento jurídico, por meio da criação de canais de participação institucionais que garantam não apenas direito à

vida, mas também da vida digna em sociedade, esta distinção é necessária e se deve a uma percepção de que o cuidado com a vida das pessoas precisa ir além dos cuidados com a subsistência.” (Botarelli, 2008, p. 91)

No que diz respeito a metodologia de atuação, um dos desafios ainda enfrentados, é a qualificação profissional e o afastamento de práticas individualizantes ao pensar o sujeito, enquanto sujeito social bem como a manutenção de profissionais nas redes de atendimento, essa dificuldade impacta diretamente no princípio de fortalecimento de vínculo, uma vez que o sistema carece de profissionais.

Com relação ainda aos desafios da atuação de psicólogas, pode-se mencionar a distinção entre a formulação de políticas públicas voltadas à juventude e a constituição deste conceito, uma vez que as políticas para esse público por vezes são pensadas em uma juventude unificada e homogênea, o que diverge diretamente do que descrevemos anteriormente no tópico sobre “as juventudes e os impactos sociais”, que a descreve como plural, diversificada e uma produção do meio social, bem como descrita por Sibioni (2019, p.203), “ não há uma única juventude, um único modo de ser jovem e uma única condição juvenil, mas pluralidades juvenis e circunstâncias diversas de como ser jovem.”, revelando a distância de uma juventude que se caracteriza de forma linear e ideal. Ainda no tópico de juventude é retratado os índices de desigualdade nesta faixa etária, sendo estas voltadas para questões sociais e raciais, demonstrando assim a importância de ater-se com as diferenças ao pensar a formulação de políticas públicas.

Fazendo um recorte com o tópico de vulnerabilidades, onde relaciona a importância do território na classificação de um indivíduo vulnerável, alcançamos a reafirmação da relevância de se desenvolver políticas que contemplem demandas reais, rompendo com a lógica de padronização que invisibiliza estruturas que promovem desigualdades, uma vez que de acordo com Sibioni (2019, p.210), embora essas políticas caminhem para um lugar de emancipação desses jovens, elas carecem ser ampliadas:

“As diversas ações propostas pelas políticas públicas, ainda que sinalizem avanços, parecem não transformar a situação; são ações fragmentadas, não efetivas. Poucas trazem respostas aos jovens e os auxiliam a exercer sua cidadania de modo efetivo, romper as barreiras da discriminação, superar a

condição de vulnerabilidade, para que eles sejam realmente sujeitos de direitos.” (Sibioni, 2019 p. 210)

Nesse sentido, pensar a atuação de psicólogas neste cenário, requer considerar que este se apresenta como um desafio a ser vivenciado, sendo atravessadas por limitações das próprias políticas públicas, convocadas para uma atuação implicada e articulada com uma visão crítica da realidade e determinada a lidar com as lacunas existentes nessas políticas, reforçando novamente o compromisso ético com a profissão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação das(os) psicólogas(os) nas políticas de assistência social ainda é considerada relativamente recente, por este motivo o desenvolvimento deste trabalho permitiu a ampliação da compreensão acerca dos desafios que atravessam estes profissionais nessas políticas diante da atuação com a juventude em situação de vulnerabilidade. Através da leitura dos textos e visões dos autores explorados, fez-se possível não apenas o melhor entendimento sobre a questão proposta, mas também a percepção da complexidade desse campo de atuação, revelando assim os desafios que derivam de uma construção histórica da psicologia na sociedade.

Por meio dos estudos, o objetivo geral e específicos inicialmente apresentados foram alcançados, compreendendo a complexidade dos dispositivos de proteção a partir do modelo de gestão e descrição desses usuários e o desafio da psicóloga na viabilização da política, apesar de existir a cartilha de referência para atuação, analisando a importância dos direitos humanos não apenas na constituição de políticas públicas mas também na sociedade, permitindo inclusive a compreensão de políticas públicas que auxiliam nas situações de vulnerabilidade e a juventude.

O trabalho realizado oportunizou ainda o entendimento da vulnerabilidade em suas diversas perspectivas, as influências que contribuem na sua formação, e a abordagem da juventude para além de uma fase do ciclo vital da vida dos indivíduos, a juventude como parte de um processo histórico e implicado por condições do meio social.

A metodologia adotada para este trabalho se fez pertinente para o desenvolvimento da análise das questões presentes no tema, no entanto, assim como a atuação da psicologia na assistência é considerada contemporânea e nova, as produções acadêmicas seguem também por esta direção, apresentando quantidades de

conteúdos limitados para pesquisas, o que se expressa como disparador para refletir sobre necessidade de ampliação de escritas acerca desta temática.

Ainda que os objetivos tenham sido alcançados, o estudo realizado revela indagações existentes envoltas desta temática que carecem ser debatidas, bem como citado a ampliação das produções acadêmicas. Vivenciamos o distanciamento de profissionais com o código de ética profissional da(o) psicóloga(o), ocupando posições que podem dificultar a garantia de direito dos indivíduos, por uma ótica distorcida em relação ao que efetivamente representa a atuação do psicólogo na assistência social, o que se expressa para além da finalidade de uma pesquisa acadêmica, demonstra-se apontamentos de intervenções futuras no que diz respeito à graduação de psicologia. Nesse sentido, esta pesquisa revela a importância de uma prática e a psicologia comprometida com a ética e a garantia de direitos, apontando a relevância da produção de escrita acerca desta temática e dando ênfase a necessidade de fortalecer a formação de psicólogas(os) para direcionar uma atuação socialmente implicada e pautada na promoção de cidadania, dignidade e transformação social.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOCK, A. M. B. Psicologia e compromisso social. In: BOCK, Ana Mercês Bahia (org.). *Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 389–408. Disponível em: <https://cetapes.org/wp-content/uploads/2013/09/introduc3a7c3a3o-ao-estudo-de-psicologia.pdf> . Acesso em: 1 jun. 2025.

BOCK, A. M. B. *Psicologia sócio-histórica: contribuições à leitura de questões sociais*. São Paulo: Cortez, 2004. Disponível em: https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Psicologia-socio-historica_contribuicoes-a-leitura.pdf . Acesso em: 10 maio 2025.

BOTARELLI, Adalberto Rodolfo. *O psicólogo nas políticas de proteção social: Uma análise dos sentidos e da práxis*. Brasília, v. 25, n. 3, p. 414-425, 2005. Disponível em: Documento PDF. Acesso em: 05 out 2025.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens e os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 ago. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 10 maio. 2025.

Brasil; Presidência da República; Secretária Nacional da Juventude. **Estação Juventude: conceitos fundamentais: pontos de partida para uma reflexão sobre políticas públicas**, 2014. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/69>. Acesso em: 12 out 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Referências técnicas para a atuação de psicólogas(os) no CRAS. Conselho Federal de Psicologia. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologasos-no-cras-suas/>. Acesso em: 25 maio. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Resolução CFP nº 005, de 14 de junho de 2003. Reconhece a Psicologia Social como especialidade em Psicologia para finalidade de concessão e registro do título de Especialista. Brasília, 2003. Disponível em: Documento PDF. Acesso em: 8 jun 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Código de Ética do Psicólogo. Brasília, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf> Acesso em: 02 nov 2025.

CURADO, Jacy Corrêa. Psicologia e Pobreza: Um problema a ser enfrentado!. In: CORDEIRO, Mariana Prioli; SVARTMAN, Bernardo; SOUZA, Laura Vilela e (org.). *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas*. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2018. p. 45–62. Disponível em: Documento PDF. Acesso em: 13 out 2025.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. *E-book*. p.1. ISBN 9786559771653. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/>. Acesso em: 08 jun 2025.

HÜNING, Simone M.; SCISLESKI, Andrea. A noção de vulnerabilidade da Política Nacional de Assistência Social. In: CORDEIRO, Mariana Prioli; SVARTMAN, Bernardo; SOUZA, Laura Vilela e (org.). **Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas**. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2018. p. 133–143. Disponível em: Documento PDF. Acesso em: 13 out 2025.

LIMA, Maria José. *A competência social do Psicólogo: estudo com profissionais de instituições no atendimento às famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social*, São Paulo: PUC, V. 166, 2010. Disponível em: Documento PDF. Acesso em: 20 set 2025.

LIMA, Maria José; MACEDO, Rosa Maria Stefanini de. *A clínica psicológica como ação social*. Rio de Janeiro, n. 55, p. 19-30, ago. 2016. Disponível em: Documento PDF. Acesso em: 02 out 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil – UNIC Rio, 2023. Documento em PDF. Acesso em: 1 jun. 2025.

SCISLESKI, Andréa C. C.; GONÇALVES, Hebe S.; DA CRUZ., Lilian R As práticas da Psicologia nas políticas públicas de assistência social, segurança pública e juventude. Brasil. Florianópolis, p.61 e 62 dez. 2015. Disponível em: Documento PDF. Acesso em 25 maio 2025.

SCISLESKI, Andréa Cristina Coelho; GONÇALVES, Hebe Signorini; CRUZ, Lilian Rodrigues da. *As práticas da Psicologia nas políticas públicas de assistência social*,

segurança pública e juventude. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v. 49, n. 2, p. 60-74, jul./dez. 2015. Disponível em: Documento PDF. Acesso em: 20 out 2025.

SCOTT, Juliano Beck; MARION, Juliana; FREITAS, Ana Paula Machado; FERREIRA Marilise; PEREIRA Caroline Rubin Rossato; SIQUEIRA, Aline Cardoso. *Desafios da atuação do psicólogo em centros de referência da assistência social (Cras)*. Rev. Interinst. Psicol. Belo Horizonte, vol.12 n.1, jan./jun. 2019. Disponível em: Documento PDF. Acesso em: 11 out 2025.

SEMZEZEM, Priscila; ALVES, Jolinda de Moraes. *Vulnerabilidade social, abordagem territorial e proteção na política de assistência social*. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 16, n. 1, p. 143–166, jul./dez. 2013. Disponível em: Documento PDF. Acesso em: 02 nov 2025.

SIBIONI, Roque Luiz. *Políticas Públicas para as juventudes no Brasil e vulnerabilidade juvenil à violência*. Revista de Ciências da Educação, p. 201–225, 2019. Disponível em: Documento PDF. Acesso em: 23 out 2025.

SILVA Amanda Carollo Ramos da; ALBANESE Luciana. *Formação acadêmica e atuação do psicólogo nos Centros de Referência de Assistência Social*. Pesqui. prá. Psicossociais, São João del-Rei, vol.15, n.4, out./dez. 2020. Disponível em PDF. Acesso em: 19 set 2025.

SILVA, Janaína Vilarés da; CORGOZINHO, Juliana Pinto. *Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária: possíveis articulações*. Psicologia & sociedade, v. 23, n. spe, p. 12–21, 2011. Disponível em: Documento PDF. Acesso em: 29 ago 2025.